

Remédio não é fantasia

Em todo o mundo, dos 8 bilhões de habitantes, pelo menos um terço está privado de acesso regular aos medicamentos essenciais. O Brasil não foge a esta regra. Calcula-se que aproximadamente 50 milhões de brasileiros estão marginalizados com relação ao consumo de medicamentos.

Nesta exclusão tem papel determinante o baixo poder aquisitivo da população. Desta forma, os mecanismos para baratear os custos destes produtos têm valor fundamental para a elevação da qualidade de vida.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda o emprego do nome genérico para cada medicamento, isto é, a denominação científica abreviada baseada no ingrediente ativo utilizado. Os medicamentos genéricos podem ser adquiridos a um preço muito mais baixo e de mesma qualidade, pois o consumidor terá como optar.

Nos Estados Unidos, com a utilização do nome genérico, ficou evidenciado o barateamento do custo dos medicamentos. Lá, os remédios com nome genérico têm avançado numa parcela significativa do mercado, chegando a 50% do setor. A mesma política está sendo seguida pela França, Inglaterra, Filipinas, Noruega etc. Estima-se que, em nível mundial, a economia que se conseguiria seria da ordem de US\$ 30 bilhões ao ano. No Brasil a economia atingiria mais de US\$ 2 bilhões ao ano.

O padrão de competição, no mercado monopolizado de produtos farmacêuticos, demanda enormes investimentos promocionais baseados na fixação de marcas de fantasia para a diferenciação artificial dos produtos. Investimentos que seriam muito mais úteis socialmente se aplicados na pesquisa, tão rara e fundamental.

A promoção dessas marcas de fantasia, espécie de griffe, consome em média 30% do valor das vendas brutas das maiores companhias

farmacêuticas. Essa propaganda, custosa, visa manter cativa a clientela de pacientes, médicos, farmacêuticos etc.

Algumas providências devem ser tomadas para resolver este grave problema que atinge uma enorme parcela da população. Uma delas seria a reabilitação da vigilância sanitária que foi abandonada pelos últimos governos. A outra seria a aprovação do Projeto de Lei 2022 de 1993, de minha autoria, sobre medicamentos genéricos, que tomaria os medicamentos mais acessíveis aos mais pobres, aos idosos e aos doentes crônicos. Este projeto já foi referendado por quatro comissões técnicas, está programado para ser votado em plenário, na Câmara Federal, em outubro, enfrentando o poderoso lobby da Abifarma, associação dos grupos multinacionais farmacêuticos no Brasil.

Recentemente, o Conselho Federal de Farmácia fez um levantamento em Brasília e constatou algo que já sabíamos, mas que espantou pelo absurdo dos números. Comparando o preço dos antibióticos, diuréticos, anti-hipertensivos, anti-helmínticos, analgésicos etc., verificou-se que remédios com mesmo princípio ativo, mesma qualidade e poder terapêutico feitos por diferentes laboratórios e "disfarçados" atrás de marcas de fantasia diversas variavam até 600% em seu valor de revenda.

Imaginem a desumanidade e a violência principalmente contra idosos, doentes crônicos e pobres que isto representa.

São esses lucros absurdos e sem qualquer base com os custos de produção que atraem as máfias de falsificadores. Afinal de contas, por que o "assalto" seria um "privilégio" só das multinacionais?

EDUARDO JORGE É DEPUTADO FEDERAL PELO PT-SP